

# Ações da AMM para regularização dos atrasos nos repasses do Governo de Minas aos municípios

**06/11/2017**

“Mobilização em Defesa da Pauta Prioritária dos Municípios Mineiros”, reunindo mais de 350 prefeitos no CREA-MG com as bancadas estadual e federal denunciando a falta de repasses e pedindo apoio para a solução da crise

**07/12/2017**

Mobilização “Municípios Mineiros pedem socorro” na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) com a participação de mais de 250 prefeitos cobrando apoio dos deputados estaduais para a solução da crise por falta de repasses

**12/12/2017**

Oficializa o Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) quanto ao atraso do ICMS

**12/12/2017**

Oficializa o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) quanto ao atraso do ICMS

**13/12/2017**

Distribuição de ações judiciais (sem custos para os municípios) contra a falta de repasses do ICMS pelo Estado. Foram 219 ações distribuídas, com 32 liminares deferidas e cinco sentenças favoráveis

**20/12/2017**

Subsidiou Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão no Supremo Tribunal Federal (STF) quanto ao atraso do ICMS. O STF oficiou o Estado, solicitando informações

**31/01/2018**

Representação no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) denunciando apropriação indevida de recursos do ICMS e IPVA dos municípios. O TCE-MG determinou auditoria nas contas do Governo de Minas para apurar os atrasos ou falta de repasses

**02/02/2018**

“I Encontro de Prefeitos Mineiros” reúne mais de 450 prefeitos na Cidade Administrativa evidenciando o agravamento da crise dos municípios com os atrasos nos repasses

**22/03/2018**

Participação de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) com intenso debate sobre o atraso dos repasses

**13/04/2018**

Subsidiou Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão no Supremo Tribunal Federal (STF) quanto ao atraso do IPVA. O STF oficiou o Estado, solicitando informações

**23/04/2018**

Distribuição de ações judiciais (sem custos para os municípios) contra a falta de repasses do IPVA. Foram 34 ações distribuídas, sendo 14 liminares já deferidas e três sentenças favoráveis

**03/05/2018**

Representação na Procuradoria-Geral da República solicitando intervenção no Estado de Minas Gerais pelos atrasos nos repasses aos municípios

**04/07/2018**

Solicitação de audiência na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para informar a grave situação vivida pelos municípios com o confisco dos repasses constitucionais do Fundeb

**08/07/2018**

Início de Campanha publicitária “Governo de Minas, pague os municípios mineiros em rádios de BH e interior, redes sociais e outdoors

**12/07/2018**

Consulta ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) acerca da compensação de recursos próprios utilizados pelos municípios em detrimento da falta de repasses do ICMS/IPVA do Fundeb

**12/07/2018**

Emenda à Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão no STF (20/12/2017) quanto ao atraso do ICMS, oficializando os valores não repassados do Fundeb e solicitando providências

**27/07/2018**

Contestação no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para soluções sobre os atrasos do Fundeb

**31/07/2018**

Início de distribuição de ações judiciais (sem custos para os municípios) contra a falta de repasses do Fundeb. Foram 347 ações distribuídas, sendo 89 liminares favoráveis

**21/08/2018**

Mobilização “Basta: Chega de Confisco!” reúne mais de 500 prefeitos em Belo Horizonte e milhares de servidores públicos municipais no interior de Minas em protestos contra os atrasos

**23/10/2018**

Ingressou Amicus Curiae na ADO 45 em curso no STF acerca da obrigatoriedade do Estado repassar regularmente o ICMS aos municípios

**23/10/2018**

Propôs Ação Civil Pública determinando que o Estado de Minas Gerais suspenda qualquer pagamento aos fornecedores até que seja regularizado o repasse do ICMS e Fundeb dos municípios

**06/11/2018**

Reunião entre prefeitos e diretores da AMM com o presidente do TJMG para evidenciar a preocupação dos prefeitos com a falta dos repasses constitucionais do Estado e os impactos nas contas públicas municipais

**09/11/2018**

Reunião entre prefeitos e diretores da AMM com o procurador geral do Estado de Minas Gerais (MPMG) para evidenciar a preocupação dos prefeitos com a falta dos repasses constitucionais do Estado

**09/11/2018**

Reunião entre a diretoria da AMM e o governador eleito para apresentar a situação da dívida do Estado com os municípios mineiros e buscar soluções futuras pelo novo governo

**19/11/2018**

Requerimento ao presidente Michel Temer de pedido de Intervenção Federal no Estado de Minas Gerais pelo confisco dos repasses constitucionais dos municípios pelo Governo de Minas

**29/11/2018**

Reunião com o ministro Luis Roberto Barroso, relator da ADO nº 45 no Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando agilidade na ação para determinar que o Governo de Minas repasse os valores atrasados do ICMS e regularize os repasses semanais desses impostos aos municípios



**Associação  
Mineira de  
Municípios**

Atualizada em 29/11/2018